



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ / RJ
FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ

FEMMAR
FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ
EDITAL
2023-1

EDITAL FEMAR Nº 01/2023

Emprego: TÉCNICO DE SANEAMENTO	Nível Médio	Código 295
--------------------------------	-----------------------	----------------------

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se o **Caderno de Questões** recebido está de acordo com o **Emprego** ao qual está concorrendo. Caso haja divergência, notifique imediatamente ao fiscal. A inobservância deste item poderá implicar na eliminação do candidato.
- Confira se constam do **Caderno de Questões**, de forma legível, **50 (cinquenta)** questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
- Confira se no **Cartão de Respostas** recebido os seus dados estão corretos. Caso afirmativo, assine-o e transcreva a frase para o exame grafotécnico no campo apropriado. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento. No caso de divergência, notifique imediatamente ao fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta de tinta azul ou preta**, apenas uma opção, caso contrário, será atribuída pontuação zero à questão da prova que contiver mais de uma resposta assinalada ou nenhuma resposta assinalada, emenda ou qualquer tipo de rasura.
- O tempo disponível para realizar esta prova, incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de no mínimo, **uma hora e trinta minutos**, e de no máximo, **quatro horas**.
- O candidato só poderá portar sobre a mesa a caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas**, não sendo permitido fazer uso de qualquer outro objeto para assinalar as respostas ou para efeito rascunho.
- **Evite a eliminação no concurso.** Se estiver portando: celular, instrumento auxiliar para cálculo ou desenho, qualquer dispositivo eletrônico que sirva de consulta ou comunicação, mantenha-os acondicionados no envelope de segurança, fornecido pelo fiscal de sala, lacrado e devidamente desligados no caso de aparelhos de comunicação.
- O candidato poderá levar o seu **Caderno de Questões**, faltando **uma hora** para o término da prova, com a devida permissão da equipe de fiscalização.
- É de responsabilidade do candidato entregar ao fiscal de sala, o **Cartão de Respostas** devidamente assinado e com a frase para o exame grafotécnico contida na Capa do Caderno de Questões, transcrita no Campo apropriado. A não entrega implicará a sua eliminação no Concurso.
- No caso de dúvida, solicite esclarecimento à equipe de aplicação.

BOA PROVA

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

O caminho mais certo de vencer é tentar mais uma vez.

Thomas Edison

Parte I – LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

A saúde entre dois mundos: escravos e libertos atuavam como sangradores e parteiras no século XIX



Aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1826.

No Rio de Janeiro do século XIX, os médicos, cirurgiões e boticários eram em sua maioria brancos e pertenciam a classes sociais mais abonadas. Já os sangradores, curandeiros, parteiras e amas de leite eram quase sempre escravos, libertos e pessoas livres empobrecidas, entre elas imigrantes e africanos livres. Era essa população desfavorecida que tratava dos problemas de saúde mais urgentes de quem precisava, não importava se ricos ou pobres. Os sangradores ofereciam seus serviços pelas ruas e praças das cidades e em lojas de barbeiros, enquanto as parteiras trabalhavam em ambientes domésticos, cuidando de questões relacionadas não apenas ao parto, mas também a abortos e doenças genitais.

“Oficialmente, sangradores e parteiras deveriam lidar com casos simples de doença e fazer apenas o que médicos ou cirurgiões mandassem. Porém, a população recorria a eles porque partilhava de suas concepções de doença e saúde”, observa a historiadora Tânia Salgado Pimenta (COC/Fiocruz).

Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-saude-entre-dois-mundos-escravos-e-libertos-atuavam-como-sangradores-e-parteias-no-seculo-xix/>. Acesso em: 20 out. 2023. Fragmento.

01 A tela reproduzida é de Jean-Baptiste Debret, pintor e desenhista francês que registrou o cotidiano da sociedade brasileira do século XIX.

A imagem se refere especificamente à seguinte informação dada pelo texto que a acompanha:

- (A) “Os sangradores ofereciam seus serviços pelas ruas e praças das cidades e em lojas de barbeiros...” (Linhas 11-13)
- (B) “No Rio de Janeiro do século XIX, os médicos, cirurgiões e boticários eram em sua maioria brancos...” (Linhas 01-03)
- (C) “...os sangradores, curandeiros, parteiras e amas de leite, eram quase sempre escravos, libertos e pessoas livres empobrecidas...” (Linhas 04-07)
- (D) “Oficialmente, sangradores e parteiras deveriam (...) fazer apenas o que médicos ou cirurgiões mandassem.” (Linhas 18-21)
- (E) “...cuidando de questões relacionadas não apenas ao parto, mas também a abortos e doenças genitais.” (Linhas 15-17)

02 Pode-se dizer que a estrutura do Texto 1 é predominantemente:

- (A) argumentativa
- (B) descritiva
- (C) injuntiva
- (D) narrativa
- (E) expositiva

Texto 2

O machismo no ensino médico

A medicina, assim como a carreira militar e a eclesiástica, sempre foi atividade considerada própria do sexo masculino. Embora a Escola de Salerno, na Idade Média, admitisse mulheres no curso médico, houve a partir de então uma dificuldade crescente de acesso às universidades para o sexo feminino. Em relação à medicina, havia ainda o preconceito de que se tratava de uma profissão inadequada à mulher por razões de ordem moral. Quando muito se admitia a colaboração da mulher no cuidado aos doentes como enfermeira, função exercida durante séculos pelas religiosas de várias ordens (irmãs de caridade), ou na assistência às parturientes, como parteiras.

Em 1812 formou-se em Edimburgo um médico de nome James Barry, que ingressou

no serviço médico do exército inglês, tendo
20 trabalhado durante muitos anos como médico
militar nas colônias inglesas. Era franzino,
imberbe e tinha a voz fina. Com a sua morte,
em 1865, descobriu-se que se tratava de uma
mulher disfarçada de homem. Para evitar
25 escândalo foi sepultada como homem e só
posteriormente o segredo foi revelado.
Seguramente inspirada na lenda de Agnodice,
foi a maneira encontrada por essa mulher para
atender a sua vocação (Lyons e Petrucelli,
30 1978, p. 565). Apesar de todas as dificuldades
encontradas, algumas mulheres destemidas
conseguiram pouco a pouco vencer todos os
preconceitos e todas as barreiras.

MENEGHELI, Ulisses. O machismo na história do ensino
médico. In: _____. À sombra do plátano: crônicas de História
da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009. pp. 131-132.

03 “A medicina, assim como a carreira militar
e a eclesiástica, sempre foi atividade
considerada própria do sexo masculino.”
(Linhas 01-03)

De acordo com o texto, uma justificativa para
essa ideia é a de que:

- (A) “...houve a partir de então uma
dificuldade crescente de acesso às
universidades para o sexo feminino.”
(Linhas 05-07)
- (B) “...se tratava de uma profissão
inadequada à mulher por razões de
ordem moral.” (Linhas 09-11)
- (C) “...se tratava de uma mulher disfarçada
de homem.” (Linhas 23-24)
- (D) “James Barry [...] ingressou no serviço
médico do exército inglês...”
(Linhas 18-19)
- (E) “...se admitia a colaboração da mulher no
cuidado aos doentes como enfermeira...”
(Linhas 11-13)

04 Na expressão “...ou na assistência às
parturientes...” (Linha 15), o acento grave foi
usado porque a

- (A) concordância exige gênero feminino e
número plural no adjunto adnominal.
- (B) combinação exige pronome demonstrativo
feminino no termo determinante.
- (C) regência exige preposição e há artigo
feminino no complemento nominal.
- (D) colocação exige artigo definido preposto ao
substantivo no complemento verbal.
- (E) substituição exige preposição antecedendo
o sintagma no adjunto adverbial.

05 “Apesar de todas as dificuldades
encontradas, algumas mulheres destemidas
conseguiram pouco a pouco vencer todos os
preconceitos e todas as barreiras.” (Linhas 30-33)
Nesse período, o termo “apesar de todas as
dificuldades encontradas” expressa

- (A) concessão.
- (B) explicação.
- (C) consequência.
- (D) condição.
- (E) proporção.

Texto 3

Quem foi a primeira médica negra do Brasil?

De acordo com a
última pesquisa da
Demografia Médica,
divulgada em 2020, há
05 um fenômeno de
“feminização” da
medicina brasileira.
Hoje, as mulheres
representam 46,6% da
10 população médica do
país. A pesquisa é feita
em parceria pela
Universidade de São
Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina
15 (CFM). O que ela não nos oferece, entretanto,
é uma leitura da raça desses médicos.



Se o Brasil de hoje ainda impõe diversas
barreiras para médicas negras, imagine o
desenho do país em 1909! Foi em 1909, no
20 interior da Bahia, em São Félix, que Maria
Odília Teixeira nasceu. Maria é das principais
figuras históricas da medicina brasileira. Para
se ter uma noção daquele contexto histórico, as
mulheres só conquistaram direito ao
25 voto 23 anos depois, em 1932. Filha de pai
médico, Maria é a primeira médica negra de
que se tem registro em território nacional. Ela
também foi a primeira professora negra da
Faculdade de Medicina da Bahia, a mais antiga
30 do país. Em sua turma, ela era a única mulher
entre os 48 alunos da turma. Maria morreu em
1970, deixando, na história, uma marca
incomparável.

Disponível em: <https://www.sanarmed.com/quem-foi-a-primeira-medica-negra-do-brasil-conheca-essa-e-outras-historias-inspiradoras-projeto-hub>. Acesso em: 14 out. 2023. Adaptado.

06 “A pesquisa é feita em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).” (Linhas 11-15)

A forma verbal sublinhada no enunciado em destaque está na voz passiva analítica. De acordo com a norma culta, na voz passiva sintética, teria a seguinte estrutura:

- (A) Fez-se a pesquisa em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).
- (B) Faz-se a pesquisa em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).
- (C) A pesquisa tem sido feita em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).
- (D) A pesquisa foi feita em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).
- (E) Fizeram a pesquisa em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).

07 Em “Se o Brasil de hoje ainda impõe diversas barreiras para médicas negras, imagine o desenho do país em 1909!” (Linhas 17-19), apresenta-se a seguinte figura de linguagem:

- (A) hipérbole em “em 1909!”
- (B) ironia em “ainda impõe diversas barreiras”
- (C) pleonasma em “hoje ainda”
- (D) eufemismo em “médicas negras”
- (E) metáfora em “o desenho do país”

08 “Para se ter uma noção daquele contexto histórico, as mulheres só conquistaram direito ao voto 23 anos depois, em 1932.” (Linhas 22-25)

A expressão sublinhada tem função coesiva e se refere a:

- (A) direito ao voto em 1932, por remissão catafórica
- (B) 23 anos depois, pelo mecanismo da elipse
- (C) no interior da Bahia, pelo mecanismo da hiponímia
- (D) o desenho do país em 1909, por remissão anafórica
- (E) no Brasil de 2020, pelo mecanismo da hiperonímia

09 Os vocábulos “registro” (Linha 27); “histórico” (Linha 23); “incomparável” (Linha 33) são formados, respectivamente, pelos processos de:

- (A) derivação prefixal; derivação parassintética; derivação prefixal
- (B) derivação imprópria; derivação prefixal; derivação sufixal
- (C) derivação regressiva; derivação sufixal; derivação prefixal e sufixal
- (D) derivação sufixal; derivação regressiva; derivação imprópria
- (E) derivação parassintética; derivação imprópria; derivação regressiva

10 “Maria morreu em 1970, deixando, na história, uma marca incomparável.” (Linhas 31-33)

As vírgulas, na expressão em destaque, justificam-se para:

- (A) isolar o vocativo.
- (B) indicar o aposto.
- (C) separar elementos que exercem a mesma função sintática.
- (D) enfatizar o objeto indireto.
- (E) destacar o adjunto adverbial intercalado.

Parte II – NOÇÕES DO SUS

11 Quanto ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), a Constituição Federal de 1988

- (A) estabelece que o SUS será financiado com recursos do orçamento da União e dos Estados após aprovação dos valores anualmente estabelecidos pela Câmara dos Deputados e das respectivas Assembleias Legislativas, com a sanção do Presidente da República e dos Governadores dos Estados.
- (B) determina que o SUS será financiado exclusivamente com recursos do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (C) não faz menção explícita sobre o financiamento do SUS, prevendo, no entanto, que o mesmo será definido em lei complementar.
- (D) prevê que o SUS será financiado com recursos do orçamento da União e dos Estados após aprovação pela Câmara dos Deputados e das respectivas Assembleias Legislativas.

(E) prevê que o SUS será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

12 Indique o dispositivo legal cuja ementa dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

- (A) Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.
- (B) Lei nº 8.142, de 28 de dezembro 1990.
- (C) Lei complementar nº 254, de 25 maio de 1998.
- (D) Emenda constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.
- (E) Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

13 Aponte a opção que corresponde a uma atribuição comum de todas as esferas de governo na gestão do Sistema Único de Saúde:

- (A) Acompanhar, avaliar e divulgar o nível de saúde da população e as condições ambientais.
- (B) Definir e coordenar os sistemas de redes integradas de assistência de alta complexidade.
- (C) Promover a descentralização para os municípios dos serviços e das ações de saúde.
- (D) Controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.
- (E) Coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica.

14 O conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, corresponde a definição (prevista no Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011) de:

- (A) Porta de entrada
- (B) Mapa da saúde
- (C) Serviços especiais de acesso aberto
- (D) Região de saúde
- (E) Rede de atenção à saúde

15 O princípio doutrinário do Sistema Único de Saúde que preconiza a necessidade de atendimento das demandas em saúde de acordo com a vulnerabilidade social dos usuários, buscando oferecer mais a quem mais precisa e com isso reduzir as desigualdades sociais é denominado princípio da

- (A) gratuidade.
- (B) hierarquização.
- (C) equidade.
- (D) regionalização.
- (E) universalidade.

16 São competências atribuídas, pelo artigo 200 da Constituição Federal, ao Sistema Único de Saúde, **EXCETO**:

- (A) Controlar e fiscalizar o serviço de internação e atendimento ambulatorial, não abrangendo a execução da política de sangue e seus derivados.
- (B) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- (C) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- (D) Participar do controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- (E) Colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

17 Em relação à Constituição Federal do Brasil, considere as afirmações a seguir.

- I As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- II As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos poderão participar de forma complementar do SUS desde que a concessão seja precedida de licitação na modalidade de concorrência pública.
- III É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
- IV A participação da comunidade inclui-se nas diretrizes para a organização do SUS.

Estão corretas:

- (A) somente I, II e III
- (B) somente II, III e IV
- (C) somente I, II e IV
- (D) I, III e IV
- (E) I, II, III e IV

18 A Constituição Federal estabelece que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, tendo como uma de suas diretrizes o atendimento integral com

- (A) igual ênfase para as ações assistenciais e de prevenção.
- (B) prioridade para as atividades de assistência, sem prejuízo das de prevenção.
- (C) prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- (D) exclusividade para as ações de prevenção.
- (E) exclusividade para as ações de assistência.

19 A Constituição Federal de 1988 estabelece que a assistência à saúde é livre às instituições privadas que podem participar do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma

- (A) obrigatória para clínicas especializadas.
- (B) complementar segundo diretrizes do SUS.
- (C) compulsória quando houver necessidade.
- (D) suplementar segundo normas de direito privado.
- (E) concorrente com licitação.

20 De acordo com a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos define:

- (A) protocolo de atenção à saúde
- (B) notificação compulsória
- (C) norma operacional básica
- (D) vigilância epidemiológica
- (E) vigilância sanitária

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 O conceito de saneamento ambiental envolve um conjunto de ações que buscam melhorar e controlar a qualidade ambiental dos recursos naturais, saúde pública e bem-estar da população.

Neste sentido, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir:

- I O saneamento ambiental visa garantir a qualidade da água e dos rios.
- II A coleta de resíduos sólidos não faz parte do saneamento.
- III A erradicação e/ou o controle de doenças estão incluídos no conceito de saneamento.

A sequência correta é

- (A) V, V e F.
- (B) F, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e F.

22 O Índice de Qualidade das Águas (IQA) foi criado em 1970, nos Estados Unidos, pela Fundação Nacional de Saneamento. Em 1975, ele foi adaptado por um grupo de técnicos da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), além de institutos de pesquisa e universidades, hoje, é o principal índice de qualidade da água utilizado no País. Este índice é aplicado, ainda, para avaliar a qualidade da água bruta para abastecimento público, sendo que a maioria de seus parâmetros são indicadores de contaminação causada pelo lançamento de esgotos domésticos.

Assim, o Índice de Qualidade da Água Bruta para Abastecimento Público (IAP) é composto por três parâmetros. São eles:

- (A) Índice de qualidade das águas (IQA), parâmetros que avaliam a presença de substâncias tóxicas e parâmetros que afetam a qualidade organoléptica da água.
- (B) Parâmetros que avaliam a presença de substâncias atóxicas, índice de qualidade das águas (IQA) e temperatura.
- (C) Temperatura, oxigênio dissolvido e índice de qualidade das águas (IQA).
- (D) Fenóis, manganês e alumínio.
- (E) Cádmio, chumbo e níquel.

23 O índice do Estado Trófico (IET) classifica os corpos d'água em diferentes graus de trofia; isto quer dizer que ele avalia a qualidade da água quanto ao enriquecimento de nutrientes e a sua relação com o crescimento das algas ou aumento de macrófitas. A ocorrência da eutrofização permite classificar os lagos de acordo com sua intensidade.

Neste contexto, ao encontrar um IET de valor 50 $\mu\text{g/L}$ de fósforo em um lago hipotético, é correto classificá-lo como

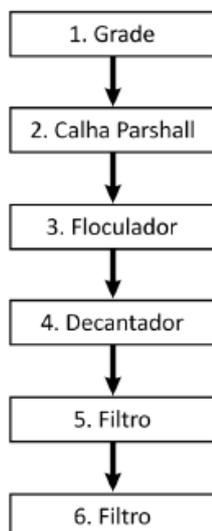
- (A) ultraoligotrófico.
- (B) oligotrófico.
- (C) mesotrófico.
- (D) eutrófico.
- (E) supereutrófico.

24 Através da avaliação de indicadores específicos para cada parâmetro, torna-se viável definir níveis e padrões de excelência que viabilizam a categorização dos cursos d'água em diferentes classes ou categorias de qualidade, refletindo nas diversas potencialidades de sua utilização. A qualidade da água transcende a mera pureza, abrangendo as características desejáveis para uma variedade de propósitos.

Dessa maneira, o índice de qualidade das águas é composto por

- (A) 5 parâmetros.
- (B) 7 parâmetros.
- (C) 2 parâmetros.
- (D) 9 parâmetros.
- (E) 10 parâmetros.

25 A figura a seguir apresenta, de modo genérico, as etapas de uma estação de tratamento de água.



Assinale a opção que representa o objetivo da etapa 4 – Decantador:

- (A) medir de forma contínua a vazão de entrada e saída do sistema.
- (B) misturar agentes coagulantes na água.
- (C) separar os sólidos agrupados no processo de coagulação e floculação por sedimentação.
- (D) remover sedimentos e partículas.
- (E) filtrar e reter particular.

26 Num decantador de uma estação de tratamento de água, busca-se uma configuração que ofereça condições para que não ocorra o turbilhonamento ou fluxo preferencial. Caso não haja a correta formação dos flocos durante as etapas anteriores, as impurezas podem se dispersar ou flutuar em vez de sedimentarem. Assim, o turbilhonamento está associado ao número de Reynolds, um número adimensional calculado a partir do comprimento característico, velocidade média, massa específica e viscosidade dinâmica do fluido. O valor do número de Reynolds em que o fluxo seria classificado como turbulento é:

- (A) 2600
- (B) 2000
- (C) 1800
- (D) 1900
- (E) 2100

27 A eficiência da decantação não é absoluta, o que gera a necessidade de utilização de filtros nas estações de tratamento de água. Os filtros rápidos de areia são constituídos por camada, suporte, brita e areia. Caso as substâncias que produzam odor ou sabor estejam presentes, uma camada adicional de carvão ativado pode ser utilizada. A limpeza dos filtros é realizada por meio de retrolavagem, a uma taxa maior que a taxa de filtração.

Neste contexto, a limpeza dos filtros gera um resíduo chamado:

- (A) Viscosidade
- (B) Fluido
- (C) Organoclorado
- (D) lodo
- (E) Organofosforado

28 O tratamento do esgoto sanitário é de fundamental importância para o meio ambiente e para a saúde humana. Dessa forma, pode ser subdividido, de modo geral, em tratamento preliminar, primário, secundário, terciário e contínuo.

Assinale a opção que define corretamente o tipo de tratamento com a sua respectiva definição.

- (A) Tratamento preliminar remove matéria orgânica por ação viral.
- (B) Tratamento terciário remove nutrientes utilizando métodos físico-químicos, biológicos ou mistos.
- (C) Tratamento secundário remove sólidos sedimentáveis.
- (D) Tratamento primário remove os materiais grosseiros e areia.
- (E) Tratamento contínuo remove materiais orgânicos por ação bacteriana.

29 Em relação aos métodos de tratamento contínuo de esgotamento sanitário, avalie se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas a seguir:

- I As lagoas facultativas são feitas a partir da potencialização dos processos de autodepuração natural.
- II As lagoas aeradas são parte do tratamento primário que contam com um suprimento artificial de oxigênio a partir da injeção de ar atmosférico.
- III O sistema de lodos ativados convencional é destinado à remoção de carga orgânica com alta eficiência.

As afirmativas I, II e III são, respectivamente:

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) F, F e V.
- (D) V, F e F.
- (E) V, F e V.

30 Os sistemas de esgotamento sanitário podem ser categorizados em unitários, separadores parciais e separadores universais. Neste contexto, é correto afirmar que

- (A) nos sistemas unitários, o esgoto é coletado por um sistema e as águas pluviais por outro.

- (B) nos sistemas de separadores universais, há soluções de drenagem intermediária entre os sistemas separadores universais e os sistemas unitários.
- (C) os sistemas separadores universais são projetados para receber a totalidade dos esgotos e das águas pluviais de forma conjunta.
- (D) os sistemas unitários não são projetados para receber a totalidade dos esgotos e das águas pluviais de forma conjunta.
- (E) os sistemas separadores parciais são soluções de drenagem intermediária entre os sistemas separadores universais e os sistemas unitários.

31 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, apenas a

- (A) sanções penais.
- (B) sanções administrativas.
- (C) sanções penais e sanções administrativas.
- (D) obrigação de reparar os danos causados.
- (E) sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados.

32 Sobre a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, instituída na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), é correto afirmar que

- (A) as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais são isentas do pagamento da TCFA.
- (B) o fato gerador da TCFA é o exercício regular do poder disciplinar, relacionado à hierarquia dos funcionários do IBAMA.
- (C) a TCFA representa bitributação, na medida em que seu fato gerador já é tributado pelo Imposto de Exportação - IE.
- (D) a TCFA recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas na lei poderá ser cobrada com acréscimo de juros de mora.
- (E) os débitos relativos à TCFA deverão ser quitados à vista e em dinheiro, sendo vedado o parcelamento.

33 A definição de “poluidor” trazida pela Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) engloba a

- (A) organização internacional, com atuação no Brasil, que não foi responsável por atividade causadora de degradação ambiental.
- (B) pessoa física que agiu em caso fortuito ao causar degradação ambiental.
- (C) pessoa física que, com sua ação, não gerou nexos de causalidade capaz de responsabilizá-la pelo dano ambiental.
- (D) pessoa jurídica de direito público responsável, ainda que indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- (E) pessoa jurídica de direito privado que agiu por força maior ao causar degradação ambiental.

34 De acordo com a Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais, é um(a)

- (A) fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- (B) objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- (C) diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- (D) instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- (E) outorga de direitos de uso de recursos hídricos prevista para a Política Nacional de Recursos Hídricos.

35 Com base na Lei nº 9.433/1997, é certo dizer que reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor, impõe a necessidade de

- (A) cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- (B) disposição gratuita dos recursos hídricos.
- (C) incentivo ao uso indiscriminado de recursos hídricos.
- (D) manejo sustentável das Áreas de Preservação Permanentes (APPs).
- (E) observância da função social da propriedade como princípio geral da atividade econômica.

36 A Lei nº 9.433/1997 prevê que, como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos de água

em classes, segundo os usos preponderantes da água, visa a:

- I assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas.
- II determinar a fauna existente nas águas salobras e salinas.
- III diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes.

Em vista das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e III
- (E) II e III

37 Para fins do disposto na Lei nº 11.445/2007, considera-se "Saneamento básico" o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais como os listados abaixo, **EXCETO**,

- (A) esgotamento sanitário.
- (B) abastecimento de água potável.
- (C) prestação regionalizada de controle social.
- (D) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.
- (E) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

38 Nos termos da Lei nº 11.445/2007, a prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço.

O plano será revisto periodicamente, em prazo não superior a

- (A) 3 (três) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 8 (oito) anos.
- (D) 10 (dez) anos.
- (E) 15 (quinze) anos.

39 A Lei nº 11.445/2007 define as atividades operacionais de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos domésticos como serviços públicos

- (A) de esgotamento sanitário.
- (B) de abastecimento de água.
- (C) de manejo florestal sustentável.
- (D) de manejo das águas pluviais urbanas.
- (E) especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

40 A Resolução CONAMA nº 377/2006 dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado de Sistemas de Esgotamento Sanitário. De acordo com a referida norma, as unidades de transporte e de tratamento de esgoto de pequeno porte, ressalvadas as situadas em áreas ambientalmente sensíveis, ficam sujeitas

- (A) tão somente à Licença Ambiental Única de Instalação e Operação - LIO ou ato administrativo equivalente, desde que regulamentado pelo conselho estadual do meio ambiente.
- (B) tão somente à Licença Ambiental Única de Instalação e Operação - LIO ou ato administrativo equivalente, desde que regulamentado pelo conselho federal do meio ambiente.
- (C) à Licença Prévia - LP ou ato equivalente, com anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- (D) à Licença de Instalação - LI ou ato equivalente, com anuência do órgão de proteção e fiscalização ambiental estadual.
- (E) à Licença de Operação - LO ou ato equivalente, com anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

41 A destinação final dos rejeitos e esgoto sanitário é um desafio social, ambiental e econômico para as atuais e futuras gerações e envolve o comprometimento dos Municípios. Uma forma conhecida com esse fim, de um sistema de recolhimento e lançamento de esgoto doméstico no mar, é o(a)

- (A) pluma.
- (B) poço artesiano.
- (C) emissário submarino.
- (D) protótipo de correntes marítimas.
- (E) transporte de pneus usados em navios mercantis.

42 A Constituição Federal de 1988 define que *“as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”*. Apesar de os indígenas serem autossustentáveis e terem o direito ao usufruto das riquezas naturais de suas terras, é necessária especial atenção à destinação adequada de resíduos sólidos em aldeias.

Verifica-se que em muitas delas não há destinação adequada desses resíduos, com os indígenas utilizando métodos rústicos com esse fim, por vezes danosos ao meio ambiente, como a

- (A) reciclagem.
- (B) queimada.
- (C) compostagem.
- (D) irrigação.
- (E) erosão.

43 A melhora das condições econômicas e sociais dos povos indígenas, sem qualquer discriminação, especialmente nas áreas da educação, emprego, capacitação e reconversão profissionais, habitação, saneamento, saúde e seguridade social, é

- (A) garantia processual prevista no mandado de injunção.
- (B) dever dos povos indígenas enquanto protetores primários da natureza.
- (C) dever dos povos indígenas enquanto cidadãos brasileiros, previsto no Estatuto do Índio.
- (D) direito dos povos indígenas garantido expressamente na Constituição Federal de 1988.
- (E) direito dos povos indígenas reconhecido pela Organização das Nações Unidas - ONU.

44 A distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos, é a definição trazida pela Lei nº 12.305/2010 de

- (A) destinação final ambientalmente adequada.
- (B) disposição final ambientalmente adequada.
- (C) geradores de resíduos sólidos.
- (D) logística reversa.
- (E) controle social.

45 De acordo com a Lei nº 12.305/2010, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos, estão sujeitos à elaboração de

- (A) plano plurianual.
- (B) plano diretor estratégico municipal.
- (C) plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- (D) plano de responsabilidade compartilhada.
- (E) plano estadual de resíduos sólidos.

46 Considerando as fases do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que possam causar impactos ambientais significativos, é correto afirmar que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são exigidos na fase de

- (A) licença prévia.
- (B) licença de instalação.
- (C) licença de operação.
- (D) monitoramento ambiental.
- (E) reparação *in natura* do dano ambiental.

47 Nos termos da Resolução CONAMA nº 237/97, serviços de utilidade, como interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitos ao licenciamento ambiental. Nesse contexto e consoante a citada resolução, quando o licenciamento ambiental for realizado para empreendimento ou atividade de impacto ambiental local, a competência para o licenciamento é do(a)

- (A) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
- (B) Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE.
- (C) órgão ambiental federal.
- (D) órgão ambiental estadual.
- (E) órgão ambiental municipal.

48 Nos termos da Lei nº 9.605/98, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora configura crime, punido com pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Entretanto, a pena máxima pode aumentar para 5 (cinco) anos, se o crime

- (A) for culposo.
- (B) permitir acesso do público das praias.
- (C) tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação de animais.
- (D) causar poluição atmosférica com origem em queimadas ilegais nas áreas de Floresta Amazônica.
- (E) causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade.

49 Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais

- (A) não configura crime.
- (B) configura crime contra a Fauna.
- (C) configura crime contra o Ordenamento Urbano.
- (D) configura crime contra a Administração Ambiental.
- (E) Configura somente infração administrativa.

50 Constatando a ocorrência de uma infração administrativa ambiental, poderá dirigir representação às autoridades competentes, para efeito do exercício do seu poder de polícia

- (A) qualquer pessoa.
- (B) apenas a Polícia Civil.
- (C) apenas a Polícia Militar.
- (D) apenas a Polícia Ambiental.
- (E) apenas a Capitania dos Portos

